

# REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO

## Questionamentos a partir da Pastoral

Sidnei Marco Dornelas \*

**E**sta reflexão tem por base um primeiro texto que serviu como instrumento de trabalho num encontro de formação de agentes atuantes na pastoral dos migrantes, organizado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)<sup>1</sup>. Na ocasião, o tema “redes sociais de migrantes” foi objeto de estudo, levando a um debate muito fecundo, o que possibilitou desenvolver este artigo, que visa levantar alguns questionamentos em relação a essa temática, percebida como cada vez mais importante na atuação dos agentes pastorais junto aos migrantes. Na verdade, existe uma necessidade de que a realidade das redes seja melhor esclarecida e aprofundada, melhorando assim a aproximação dos agentes em relação aos migrantes, e conseqüentemente, a sua organização comunitária, sócio-cultural e política.

Pudemos perceber que entre os agentes existe uma compreensão das redes que passa por vários enfoques e alcança diferentes níveis de profundidade. Essas variações correspondem às dúvidas, esperanças, inconsistências e riscos pressentidos diretamente pelos militantes no trabalho de organização dos migrantes. Levantamos basicamente quatro tendências. Existem aqueles que, ao tomarem consciência da atuação das redes sociais entre os migrantes, experimentam uma sensação de “maravilhamento” ao descobrirem a multiplicidade de formas com que os migrantes se relacionam, se ajudam mutuamente e encontram soluções para seus problemas, tomando-as de maneira ingênua, como uma entidade a parte, desconectada das contradições inerentes à sociedade mais ampla na qual se inserem. Existem outros que, carregados pelo ím-

peto da militância, perguntam-se como as redes poderiam ser “instrumentos” úteis na mobilização social e política das classes populares, uma necessidade percebida com tanto mais força dado o contexto atual de crise das “esquerdas”, o que leva, por outro lado, à questão sobre a possibilidade (e a conveniência ética) de “instrumentalização” de tais redes. Num outro extremo, há outros militantes que vêem nas redes, e com um certo grau de razão, um entrave à ação política dos agentes de pastoral, no sentido de despertar a consciência de cidadania entre os migrantes, afirmar a importância de sua participação política, da defesa de seus direitos sociais e civis, dos valores do Estado de Direito – isso porque as redes se apresentariam como o nível mais elementar das práticas clientelistas e autoritárias presentes na vida pública brasileira. E por fim, pode-se observar uma grande confusão e desconhecimento em boa parte dos agentes, que tende a assimilar de maneira a-crítica a “rede” entre os migrantes, associando-a às múltiplas formas de redes de trabalho, de movimentos sociais, de empresas, de instituições sociais, entre outras, sem se perguntar o que elas realmente são, e sem fazer uma necessária distinção entre elas e a rede de migrantes propriamente dita.

Gostaríamos de iniciar por este ponto: tentar esclarecer o que seria uma “rede social” e em que sentido poderíamos falar propriamente de uma rede de migrantes. Tendo presente de maneira mais clara a realidade das redes dos migrantes, poderíamos levantar de maneira geral quais seriam as suas formas de inserção na sociedade complexa, com suas conseqüências e contradições. Uma consciência mais lúcida

da da realidade dessas redes permitiria então visualizar melhor a questão de suas potencialidades em relação à ação pastoral e às lutas pela cidadania.

### COMO DEFINIR A “REDE SOCIAL”?

Falar de rede social é lembrar da realidade mais elementar que funda qualquer grupo humano, ou seja, aquilo que constitui a relação social. O ser humano constrói a sua identidade como pessoa no seio de uma rede de relações sociais. O modo como se constitui essas relações sociais é que configurará as características próprias desses grupos humanos e dar referenciais para a constituição da identidade social de seus membros. As redes sociais dos migrantes, com todas as suas características marcantes, que tanto surpreendem os agentes de pastoral, não podem fugir a essa regra. Assim, poderíamos definir “rede social” a partir de alguns dos princípios mais elementares das ciências sociais:

*“A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo caso. (...) Estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem e dando uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e fazem circular, os homens produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social no seio do qual se desenvolve a sua rivalidade” (Caillé, 1998, pp.18-19).<sup>2</sup>*

Uma tal definição chama a atenção para o fato de que toda rede é constituída de pessoas concretas e de sua necessidade de criarem laços de confiança entre si, através das três obrigações básicas: **dar, receber e retribuir**.<sup>3</sup> Através de uma série de trocas simbólicas (bens, presentes, favores, casamentos, filhos, etc) o grupo se constitui, dá forma às suas práticas culturais e a seus princípios de honra e moral, cria as regras básicas de sua sobrevivência como grupo e de seu relacionamento com o mundo exterior. Isto é particularmente visível entre os povos ditos "arcaicos" e os pobres hoje em dia, que vivem na penúria de bens materiais, e que, por isso, reforçam as relações dentro do grupo, como estratégia de sobrevivência e "melhoria" de vida.<sup>4</sup> Isso é um fato que se constata também entre os migrantes, não importando sua nacionalidade: é no âmbito da rede que o projeto migratório se enuncia, assim como também é aí que se mobilizam os recursos e as estratégias para a sua concretização. As redes são a mediação da relação do migrante com a sociedade de adoção.

### **A FAMÍLIA COMO UMA REDE SOCIAL ENTRE OS POBRES**

A mais fundamental e elementar das redes, sobretudo entre os pobres, é sem dúvida a família. É o que revela o estudo de Cynthia Sarti sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo, cujas famílias ainda trazem a marca de uma migração recente. À margem do ideário individualista próprio da sociedade capitalista, a família pobre se firma em torno de uma rede de obrigações morais primárias:

*"A autoridade na família, fundada na complementaridade hierárquica entre o homem e a mulher, entretanto, não se realiza obrigatoriamente nas figuras do pai e da mãe. Diante das frequentes rupturas de vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar do provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla.*

*A família pobre não se constitui como*

*um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos." (Sarti, 1996, pp. 48-49)*

A família funda-se, sim, na autoridade do homem, que é também pai, e que deve trabalhar para "prover" a casa, sendo por isso a "autoridade" que dá "respeito" e faz a principal mediação da família com o mundo exterior. Também a mulher, a mãe, tem um papel fundamental, pois é ela quem cuida da casa, é ela que faz a "gestão" da vida familiar e tem o cuidado dos filhos pequenos. Isso sem falar dos filhos, razão de ser de todo casamento e de toda família. Porém, como se percebe na prática, a rede de alianças deve ser muito mais ampla que o núcleo familiar, e abarcar outras tantas alianças: avós, tios, primos, cunhados, padrinhos, etc.<sup>5</sup>

É essa rede que vai sustentar a identidade social de seus membros, e ser a sua garantia diante dos momentos de infortúnio. Através das muitas trocas simbólicas (dar, receber, retribuir) firmam-se laços de solidariedade e estima, mas também inevitáveis obrigações morais, que garantem, de um lado, a respeitabilidade de todos dentro do grupo e diante dos outros olhares da sociedade, e de outro, a segurança diante das precariedades da vida, que são enfrentadas por todos. Dessa maneira, todos os projetos de vida se fazem (também) em relação às obrigações estipuladas por essa rede: o trabalho, o casamento, a mudança de casa ... e também a migração.

### **O PAPEL DA REDE NO PROCESSO MIGRATÓRIO**

É exatamente sob o ponto de vista das redes sociais, que se pode afirmar que o projeto migratório entre os pobres é antes de tudo um projeto "familiar" – o que não significa negar as causas estruturais que o determinam, mas sim compreender que é no universo do grupo familiar amplo, reunindo parentes e compadres, que as pres-

sões de ordem estrutural são vividas, percebidas, representadas e combatidas. A questão da sobrevivência do grupo, a melhoria das condições de vida, as muitas pressões em torno da posse da terra, a seca, o projeto de casamento, etc. tudo pode levar a assumir o projeto de migrar, definitivamente ou temporariamente. A migração alargaria essa rede no espaço, em diferentes localidades, aumentando o leque de alternativas das estratégias de sobrevivência ou melhoria de vida de cada um e do grupo familiar como um todo. E a rede se manteria como sempre se manteve, pela circulação de bens simbólicos, através da renovação das alianças de fidelidade e confiança e o reforço das obrigações que unem uns aos outros, aqueles que ficaram e aqueles que migraram, entre aqueles que ficaram e entre aqueles que migraram.

É a rede social que vai possibilitar também a inserção de cada migrante na sociedade em que virá a se instalar, definitiva ou provisoriamente. É ela que vai mediar o seu ingresso no mercado de trabalho e facilitar o contato com os códigos sociais, culturais e morais e com as outras instituições públicas e privadas da sociedade de adoção. Sarti exemplifica com o caso dos migrantes internos na cidade de São Paulo:

*"Embora o trabalho seja o instrumento de integração do migrante ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres – num processo que escapa a seu controle – não se viabiliza, nem se sustenta enquanto processo social, sem a rede de sociabilidade existente em seu local de origem, com base na família e na localidade. A migração, assim, constitui um processo privado, no sentido de ser assegurada por um sistema de lealdades pessoais e familiares.*

*Expulsos de seu lugar de origem, os pobres conseguem se deslocar graças a esta rede familiar, baseada num padrão tradicional de relações, onde o que conta são as obrigações morais de reciprocidade que os une a seus parentes e a seus iguais." (Sarti, 1995, p. 12)*

Em diferentes contextos sociais observa-se como essa rede de favores e obrigações não só intermedeia a busca e o engajamento em algum tipo de trabalho



Foto: Sidnei M. Dornelas

(formal ou não), mas influencia também o tipo de atividade exercida e cobra um controle sobre a destinação da renda auferida. Nesse sentido, é relativamente comum observar como certas etnias de migrantes, ou migrantes provenientes de uma mesma localidade, acabam enveredando por um mesmo nicho de trabalho. Em São Paulo, um exemplo típico é o dos bolivianos que trabalham numa rede clandestina de oficinas de costura (Silva, 1997). Em outros casos semelhantes pode-se constatar que o exercício do trabalho é regulado em função das demandas e obrigações estipuladas por essas redes, sendo as relações de trabalho uma extensão das redes de fidelidade pessoal intrínsecas a esses grupos de migrantes. Assim é que se pode entender as muitas horas de trabalho não-pago, a passividade suportada diante das péssimas condições de trabalho, a subordinação diante do chefe do grupo, enfim, aquilo que surge muitas vezes sob o rótulo de semi-escravidão.

Assim, se a rede com suas relações de reciprocidade intermedia a inserção do migrante no mundo do trabalho, as contradições estruturais do exercício do trabalho na sociedade capitalista, onde o migrante necessariamente se insere, vão também condicionar as relações entre os membros da rede de migrantes. É na perspectiva das redes que se pode entender, por exemplo, a ambigüidade da figura do "gato", como arregimentador de mão-de-obra entre os migrantes temporários (Morales Silva, 99). Para os migrantes oriundos do Vale do Jequitinhonha (MG) que trabalham no corte de cana-de-açúcar e na colheita de outras culturas no interior paulista, o "gato" é na maioria dos casos um migrante com mais experiência, que, ao mesmo tempo que está plenamente incluído no interior de sua rede social de origem, possui relações privilegiadas com os "patrões" no local onde esses migrantes irão vir a se empregar. Se, por um lado, o seu ganho tem origem na superexploração

do salário dessa mão-de-obra que ele arregimenta e encaminha para os distantes locais de trabalho, por outro, ele goza muitas vezes de extrema confiança entre os trabalhadores migrantes, pois é ele quem leva e traz correspondências e encomendas entre a origem e destino, que conhece pessoalmente as famílias dos migrantes e por isso comunica notícias e faz favores para aqueles que partiram e aqueles que ficaram, além de intermediar a relação com o patrão, com órgãos públicos, com autoridades em geral. Se ele está ligado a uma rede de relações de reciprocidade com as famílias dos migrantes, o que o leva a contrair obrigações morais com elas (e estas, relações de fidelidade para com ele), ele também está enredado com as relações contratuais com o patrão, o que o faz partilhar dos interesses econômicos da empresa para a qual trabalha, e tornando-o, portanto, conivente com as violências e injustiças que atingem os trabalhadores. Em contrapartida, o "gato" não é livre dessas

contradições de sua posição de “elo” entre as redes de migrantes e as organizações sociais que exploram a força de trabalho do migrante temporário, ou seja, ele não pode romper com o caráter exploratório de sua posição de arregimentador de mão-de-obra para a empresa agrícola, tomando posição a favor dos migrantes, sem deixar de ser o “gato”.<sup>6</sup> Nenhuma rede “imuniza” dos efeitos das relações de exploração próprias da sociedade capitalista, ao contrário, por meio das redes de migrantes é que essas relações ganharão características específicas conforme as particularidades da sociedade em que elas se situam.

Por outro lado, é também a partir das redes que se pode entender o trabalho como fundamental para a caracterização da condição própria do migrante, não só em relação à sociedade em que se instala, mas também e principalmente em relação ao meio de onde saiu, pois é o rendimento do trabalho, e a conseqüente “remessa de divisas” para o local de origem, que vai justificar o seu deslocamento e desligamento (temporário ou definitivo) desse mesmo grupo de origem. A remessa de divisas e/ou investimento na localidade que se deixou, vai servir como justificativa da função exercida pela migração: a manutenção da terra, a melhoria das condições de vida, os bens industrializados e modernos, a compra de terrenos e construção de casas, etc.

## **AS REDES E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DOS MIGRANTES**

Não é, entretanto, unicamente através do mundo do trabalho que essas redes de sociabilidade mostram a sua relevância na vida do migrante. As ocasiões em que essas redes se deixam manifestar com mais veemência na sua vida – através de suas trocas simbólicas, que reforçam as alianças de fidelidade e suas obrigações morais – são, sem dúvida, as festas religiosas e as manifestações culturais. São esses os momentos em que o sistema de prestações totais (dar, receber, retribuir) é acionado de diferentes maneiras para renovar simbolicamente os laços que unem os migrantes a seu grupo de origem, também

aqueles internos do grupo de migrantes em terra estranha, e serve mesmo para alargar a rede desse grupo, abrindo-se gradualmente para os outros grupos da sociedade em que se instalaram. Nesse ponto, podemos entender o papel fundamental da prática religiosa para os grupos de migrantes, sobretudo as festas com os seus ritos. São as festas privadas de caráter familiar – batizados, casamentos, etc. – em que o “parentesco de sangue” com suas obrigações já dadas são reforçadas pelos ritos religiosos, que criam o “parentesco espiritual”, o compadrio. São também as festas comunitárias, como as festas de “santo padroeiro”, realizadas ora na localidade de origem, ora na nova terra em que os migrantes se instalaram. Nessas festas, os migrantes voltam como que às suas fontes e renovam ritualmente os laços de fidelidade com seu grupo de origem. Nesse sentido, os rituais e certas figuras, como o festeiro e o compadre, acabam sendo resignificados em função da migração, e das novas exigências que são impostas pela rede social. Na mesma linha de entendimento, poderíamos compreender as outras muitas formas de manifestação cultural dos grupos migrantes.

Ainda aqui, as contradições sociais que constituem a sociedade capitalista perpassam os grupos migrantes com suas práticas culturais, condicionando os modos como se dão os rituais, as características de seus personagens e a função que eles exercem dentro do grupo, em relação à sociedade de origem e àquela em que o grupo está inserido. Sendo em princípio tradicionais<sup>7</sup>, tais práticas culturais tendem a confirmar as relações assimétricas que constituem a rede de migrantes e a sociedade complexa onde o grupo migrante se situa. Percebe-se, por exemplo, que é relativamente comum nas festas patronais dos migrantes que o “festeiro”, isto é, aquele que é escolhido para patrocinar a festa e organizá-la, e portanto que terá uma relação privilegiada com o santo padroeiro e com o grupo migrante como um todo, seja um migrante bem posicionado socialmente, que detenha uma renda alta, goze da simpatia da sociedade em que o grupo se insere, e até mesmo seja um “patrão” que viva da exploração do trabalho de outros migrantes. Se de um lado, um tal festeiro

pode garantir o sucesso da festa e legitimar a imagem do grupo diante da sociedade que hospeda os migrantes, por outro lado revela-se a tendência a reproduzir e mesmo legitimar as relações desiguais e de exploração que existiriam no interior do grupo migrante. A rede não só se reproduziria a si própria com suas relações de reciprocidade, mas também as relações desiguais de subordinação e exploração se reforçariam, sejam aquelas oriundas do meio de origem, sejam aquelas suscitadas pelas relações com a sociedade onde o grupo está inserido. Já as festas no meio de origem, que contam com uma participação forte de migrantes, tendem a introduzir novos elementos culturais das relações sociais entretidas pelos migrantes que voltam para a festa, inclusive traços próprios das relações de prestígio e de subordinação da sociedade de onde os migrantes retornam.

Portanto, pode-se afirmar o caráter “conservador” e tradicional das redes dos migrantes. Porém, é preciso levar em consideração que é através dessas mediações com o trabalho, através de suas práticas culturais, de suas manifestações religiosas e associações de lazer, que os migrantes estabelecem suas relações com a sociedade mais abrangente, com todas as contradições aí implicadas. Se de um lado, através de suas festas e manifestações culturais, os grupos de migrantes reforçam os seus laços com suas origens e com seus pares internamente à rede, por outro, através delas, eles recriam uma imagem positiva de si mesmos diante da sociedade, dão um significado novo à sua identidade social, o que lhes possibilita relacionar-se em termos mais favoráveis com as outras instituições sociais. Se no trabalho – a maioria das vezes desqualificado, informal ou clandestino – a imagem que podem dar aos olhos dos outros (e de si mesmo) é a do homem honesto, pai de família, cumpridor de seu dever e que não causa problemas, apesar de pobre e subordinado, é nas festas que ele revela uma “identidade” mais rica culturalmente, pois é nessas ocasiões que se valoriza diante de seus iguais e também diante dos outros grupos sociais, aos quais muitas vezes se subordina nas relações de trabalho em seu cotidiano. Assim, se num primeiro momento, através das prá-

ticas culturais de tipo conservador, a rede cria estratégias de “resistência” diante da sociedade abrangente, num segundo momento ela vai gerar seus próprios meios de sociabilidade e de “integração” gradual com os outros grupos e a sociedade como um todo.

É nesse sentido que talvez possamos enfocar a problemática da cidadania em relação às redes de migrantes.<sup>8</sup> Nessa dupla determinação a que estão submetidas as estratégias conservadoras das redes e aquelas de interação com outros grupos sociais, envolvendo o mundo do trabalho e as práticas culturais, é que se apresenta o problema da emergência de uma consciência de direitos entre os migrantes, e a conseqüente prática da cidadania: de um lado, todas as formas de trocas simbólicas, reforçadoras da fidelidade entre pares, de caráter personalista, levando não raro a práticas de exploração e subordinação entre os membros de um mesmo grupo; de outro, o pressuposto individualista e impessoal que regula as relações sociais na sociedade complexa, atuantes no mundo do trabalho, e presentes também no engajamento nos grupos, movimentos e instituições da sociedade moderna (como empresas, sindicatos, partidos, ONGs, pastorais...). Essa necessidade de criar canais que permitam a criação das condições de possibilidade de uma consciência de cidadania leva a reconhecer a importância das instituições que realizam essa mediação, como as igrejas, associações folclóricas, aquelas de caráter educativo, etc. Numa outra perspectiva, com a crise propalada dos movimentos sociais de esquerda ditos “modernos” (como por exemplo, os sindicatos e os partidos políticos), apresenta-se a possibilidade de que, a partir dessa dinâmica das redes, respeitadas suas identidades, possam surgir novas modalidades de prática da cidadania, que preservem valores mais tradicionais dos migrantes e ao mesmo tempo possibilitem uma inserção alternativa na sociedade abrangente.

## **FRAGILIDADE DAS REDES E O LUGAR DA PASTORAL**

Constata-se que as redes dos migrantes não são algo de estático, agindo numa única direção. Elas são dinâmicas e a trama

de suas alianças é complexa, sendo constante a emergência de conflitos em seu interior, e logo, a busca de recomposições. Percebe-se como elas agem segundo a lógica relacional “**nós**” e “**os outros**” (Hoggart, 1970), em que o sistema de prestações totais busca preservar a unidade do grupo, a fidelidade entre os seus membros, e a sua identidade e autonomia perante a sociedade de acolhida. O imperativo de se abrir para outros grupos, seja pela necessidade de sobrevivência (trabalho), seja na procura de legitimação e auto-afirmação (práticas culturais), leva à busca de estratégias de abertura do “**nós**” (a rede de migrantes) em direção aos “**outros**” (instituições públicas, partidos, sindicatos, ONGs, pastorais). Nesse sentido é que elas se relacionam com a sociedade abrangente, criando várias estratégias de “negociação”, que possibilitariam uma integração mediada e gradual de seus membros. O que não impede que o processo seja conflitivo, dadas as contradições de várias ordens que perpassam esse relacionamento, abrindo a possibilidade de rupturas dentro da rede. A ruptura pode vir quando o migrante procura “subir na vida”, afastando-se da moral de reciprocidade que regula as relações internas à rede, assumindo uma postura mais declaradamente individualista própria da sociedade capitalista, ou privilegiando outros círculos de sociabilidade mais prestigiosos socialmente do que aqueles de sua rede de origem. A ruptura pode gerar também uma inserção “degradada” em outras “redes” que se oferecem aos pobres no atual contexto de pobreza e marginalidade em que eles se encontram.

Com efeito, existe uma interpretação que está se tornando recorrente, de que as redes sociais dos migrantes estão em processo de fragilização e mesmo de esgarçamento. Elas estariam sofrendo uma dificuldade crescente em manter os laços de fidelidade entre seus membros, bem como para sustentar as suas tradicionais estratégias de sobrevivência. Seriam muitos os fatores que estariam produzindo esta tendência, entre os quais poderíamos citar: a situação de penúria das classes empobrecidas estaria se agravando diante da nova realidade econômica das últimas décadas; os efeitos do tempo e da distância prolongados levam a um enfraqueci-

mento dos laços entre parentes e conterrâneos; a interação com as práticas culturais da sociedade de adoção leva a um constante redimensionamento dos valores tradicionais da rede, sobretudo entre os filhos de migrantes. Essa fragilização da rede pode levar ao que chamamos de uma interação “degradada” com a sociedade capitalista. Podemos lembrar dois exemplos. A presença cada vez mais evidente das “redes” do crime organizado nas periferias urbanas e aglomerações de população pobre, seduzindo os jovens filhos de migrantes, que rompem com a moral do grupo migrante e aderem à moral violenta das gangues (Sarti, 1996; Zaluar, 2001). Na pastoral, a presença da violência e a coerção exercida por esses grupos é percebida cada vez mais como um sinal evidente do esgarçamento das redes de sociabilidade tradicional entre os migrantes. O outro exemplo diz respeito ao crescimento da população dos assim chamados “trecheiros” e “moradores de rua”. Frequentemente confundidos com migrantes “recentes”, suas histórias de vida, marcadas por rupturas dos relacionamentos familiares, demonstram essa fragilidade das redes sociais, cada vez mais impotentes em manter essa moral da reciprocidade com suas estratégias de sobrevivência. A maioria deles vive apoiada numa outra “rede”, aquela formada pelas instituições de assistência social, públicas e filantrópicas, representadas principalmente pelos albergues e casas de convivência.<sup>9</sup>

É nesse contexto em que se situam as inquietações dos agentes de pastoral em relação às redes no mundo das migrações. Na perspectiva daqueles que se engajam na luta pela cidadania dos migrantes, uma primeira conclusão é que não se pode ter uma visão por demais ingênua em relação às redes sociais. Por um lado, pela sua lógica conservadora, com uma dinâmica personalista marcada pela reciprocidade, elas refletem realmente as relações clientelistas que dominam o espaço público, servindo inclusive de apoio para vários dos “caciques” que dominam a elite política brasileira. Por outro, o processo que produz a migração escapa ao controle dos migrantes e suas redes, sendo esses obrigados a buscar estratégias de sobrevi-

vência e de melhoria de vida, condicionados pela estrutura sócio-econômica que lhes é imposta. Como bem demonstram os exemplos lembrados, as próprias estratégias de sobrevivência e as manifestações culturais dos migrantes são perpassadas pelas contradições da estrutura social que produzem a migração e presidem a inserção social do migrante. Assim, por mais importante que seja o conhecimento da dinâmica das redes para a prática pastoral, ele não dispensa a consciência crítica em relação aos mecanismos sociais que produzem a migração. Considerado isto, não há como não dar razão a uma certa sensação de deslumbramento vivido pelos agentes de pastoral ao descobrirem a imensa criatividade das redes na busca de alternativas para a sobrevivência do migrante, em gestos de solidariedade e manifestações culturais.

Essa riqueza de possibilidades revelada no contato com as redes dos migrantes alimenta a esperança de que através delas possam surgir modos alternativos de organização popular. A grande questão é como fazer com que essas potencialidades possam emergir e serem operacionalizadas, ou na palavra de certos agentes, como elas podem ser "instrumentos" na via de uma renovação do movimento popular. Parece-nos que, justamente, a "instrumentalização" das redes talvez seja um caminho equivocados, porque, na verdade, o que melhor se revela nas suas práticas culturais é a busca da afirmação de sua identidade social. Talvez esteja aí o motivo maior de resistência das redes de migrantes à ação de conscientização política e mobilização social empreendida pelos agentes de pastoral, na sua busca de gestar a consciência de cidadania entre os pobres: buscar na rede um "instrumento" pode significar a manipulação ou a adulteração de uma identidade que procura se auto-afirmar através do resgate de suas tradições. A experiência vem mostrando que não se pode instrumentalizar a identidade de ninguém. Na verdade, o que está em jogo no relacionamento da pastoral do migrante e dos movimentos sociais com as redes de migrantes é a possibilidade e a capacidade de se familiarizar com a **linguagem** dessas redes, com os códigos que regulam suas relações de reciprocidade e

lealdade moral (Sarti, 1996). Se parece improvável trabalhar diretamente com os migrantes sem levar em consideração suas redes de sociabilidade, a tarefa que se impõe cada vez mais é o aprendizado concreto dessa linguagem para se estabelecer uma outra forma de interação com o mundo dos migrantes. É dessa interação renovada, permitindo uma "abertura" alternativa da rede dos migrantes em direção à sociedade abrangente, à consciência de direitos, tornando o migrante sujeito de sua história, que poderão surgir outras modalidades de organização popular que aproveitem as potencialidades criativas das redes originárias dos migrantes.

\* *Sidnei M. Dornelas é padre escalabriniano e integra a equipe do CEM.*

## NOTAS

1. Trata-se do Coletivo de Formação, encontro que se realizou entre os dias 10 e 13 de maio de 2001, em Cajamar. Esse encontro de agentes de pastoral faz parte de um extenso programa de formação de agentes em Pastoral Migratória, que contém um leque de temas que contempla desde espiritualidade até o estudo da mobilidade do trabalho. O tema "redes sociais de migrantes" foi estudado e debatido durante uma manhã inteira, através da exposição do tema, discussão em grupo e plenário. O conteúdo rico do plenário forneceu vários elementos de reflexão e exemplos concretos que foram reaproveitados na composição desse artigo.
2. Caillé esboça essa definição quando estuda a proximidade entre certas correntes do interacionismo e os estudos de Marcel Mauss.
3. Marcel Mauss formulou o princípio que baseia o "sistema de prestações totais" - dar, receber, retribuir - num estudo clássico intitulado "Ensaio sobre a dádiva", (Mauss, 1974, pp. 37-184. Acreditamos que o uso desse princípio formulado por Mauss - uma espécie de "paradigma", como defendem alguns cientistas sociais (Caillé, 1998) - pode ser útil para a reflexão que a Pastoral faz sobre a sua prática junto aos migrantes. De resto, o uso mais livre dessa conceituação nos foi sugerido através do estudo de Sarti (1996), que se serve dela para um estudo sobre a moral dos pobres na cidade de São Paulo, que aliás também foi uma referência importante para este artigo.
4. Sarti faz uma distinção entre aquilo que os pobres urbanos chamam de "melhoria" de vida e o projeto de "subir na vida", ou seja, o projeto de ascensão social (Sarti, 1996).
5. Seguimos aqui o estudo de Sarti sobre como se organiza a família dos pobres urbanos no Brasil, valendo-se também da colaboração de outros autores (Zaluar, 1985).

6. Durante o plenário do Coletivo de Formação, foi relatado o caso de um arregimentador de trabalhadores "consciente" que procurava ajudar os trabalhadores na defesa dos seus direitos. Devido a essa atividade ele teria sido demitido da empresa. Na sua revolta, ele ameaçava denunciar todas as práticas que era levado a usar para beneficiar a empresa, e ele próprio, contra os trabalhadores migrantes.

7. Entende-se "tradicionais" aqui pelo esforço que fazem os migrantes com suas redes, com suas práticas culturais, em conservar certas tradições próprias de seu meio de origem.

8. Usamos o termo "cidadania" no seu sentido mais amplo, não como cidadania juridicamente estabelecida, mas como usualmente empregada em boa parte dos movimentos sociais, como "consciência de direitos".

9. Durante o mencionado plenário, esses dois exemplos também foram citados de bastante nitidez, sendo que o problema da violência foi sublinhado como um sintoma claro dessa fragilização das redes, e ao mesmo tempo como uma das principais dificuldades para aqueles que hoje trabalham diretamente nas organizações populares em todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAILLÉ, Alain  
(1998) "Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 38, outubro.
- HOGGART, R.  
(1970) *La culture du pauvre. Étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre*, Paris, Minuit.
- MAUSS, Marcel  
(1974) "Ensaio sobre a dádiva". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EDUSP/EPU, pp.37-184.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida  
(1999) *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação da Editora da UNESP.
- SARTI, Cynthia Andersen  
(1995) "São os migrantes tradicionais?" In: *Travessia - revista do migrante*, ano VIII, n. 23, set-dez., p. 12.
- SARTI, Cynthia Andersen  
(1996) *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo, Autores Associados.
- SILVA, Sidney A.  
(1997) *Costurando Sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, São Paulo, Paulinas.
- ZALUAR, Alba  
(1985) *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.
- ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina  
(2001) "Violência extra e intramuros". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Publicação da ANPOCS, vol. 16, n. 45, fev., pp. 145-164.